

CORREIO ECONÔMICO “Sem cortes, meta fiscal de 2025 não será cumprida

Alerta foi dado pelo deputado de esquerda, Mauro Benevides Filho



Expectativa positiva no curto prazo pesou no índice

Confiança do Consumidor avança pela quarta vez

Quarta alta consecutiva, a confiança do consumidor apresentou alta de 0,5 ponto em setembro corrente, atingindo 93,7 pontos, depois de avançar 0,3 ponto, no mês anterior, aponta o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) deste mês, divulgado, nessa terça-feira (24), pela FGV.

Segundo a FGV, contribuiu para o resultado a melhoria nas expectativas

para os próximos meses, mesmo ante à queda na percepção da situação atual. Segundo a economista do Ibr/FGV, Anna Carolina Gouveia, “a confiança do consumidor sobe gradativamente desde junho deste ano, sendo influenciada, principalmente, pelas expectativas para os próximos meses. Em setembro, houve ligeira piora das percepções sobre a situação atual”.

ISA recua

Também em setembro, o Índice de Expectativas (IE) avançou 0,8 ponto, para 102,2 pontos, o que corresponde, igualmente, à quarta alta consecutiva. O Índice de Situação Atual (ISA), no entanto, recuou 0,2 ponto no mês, a 81,7 pontos, após quatro meses sem registrar queda.

Temor

Pelo viés negativo, o componente sobre a percepção das finanças pessoais das famílias registrou recuo de 0,8 ponto, este mês, para 69,9 pontos, o que significa o menor nível desde maio deste ano (69,3 pontos), talvez como reflexo da nova escalada dos juros básicos (Selic).



Agência de notícias da indústria

Trabalhador brasileiro está entre os mais estressados

Maioria dos trabalhadores tem estresse, tristeza e raiva

Parcela majoritária (89%) dos trabalhadores brasileiros enfrenta situações de estresse, tristeza e raiva. É o que aponta pesquisa internacional ‘State Of The Global Workplace’, produzida pela consultoria especializada em análise comportamental no trabalho, Gallup, após consultar 128 mil profissionais, em mais de 160 países, sobre o que

sentem em relação ao trabalho e às suas vidas. No caso brasileiro, o país ocupa o quarto lugar na América Latina em sentimentos de raiva e tristeza, e em sétimo lugar em estresse, com 46% de estressados, 25% tristes e 18% com raiva, este, em que o país perde apenas para Bolívia (25%) e Jamaica (24%).

Complexidade

Segundo o professor do departamento de Psicologia Social e do Trabalho da USP, Nilton Ota, é preciso levar em consideração a complexidade dos sentimentos e dos ambientes em que estão inseridos, que interferem nas esferas subjetivas do trabalhador.

Impactos

Ota completa, afirmando que “o trabalho molda aspectos importantes da subjetividade, não restritos ao ambiente produtivo, mas podem se estender à vida privada e familiar. Um problema no ambiente de trabalho pode impactar, inclusive, a dinâmica familiar”.

IPC-S sobe

Com maior contribuição do grupo Habitação, o IPC-S (Índice de Preços ao Consumidor – Semanal) avançou 0,44% na 3ª quadrimestre de setembro de 2024, acumulando alta de 4,35% nos últimos 12 meses, além de alta de seis das oito classes de despesas do índice.

Viés de alta

No mesmo período, tiveram alta os grupos do índice: Despesas Diversas (0,72% para 1,56%), Alimentação (-0,17% para -0,02%), Educação, Leitura e Recreação (0,67% para 1,04%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,19% para 0,26%) e Vestuário (-0,34% para -0,12%).

Por Marcello Sigwalt

“Sem cortes de gastos, o governo federal não vai conseguir cumprir a meta fiscal de 2025”. É o que decretou o ex-secretário da Fazenda do Ceará e hoje deputado federal (PDT-CE), Mauro Benevides Filho (filho do ex-presidente da Câmara dos Deputados, de mesmo nome, já falecido), para quem, o superávit primário, embora importante, requer que se estabeleça uma meta para o gasto com juros, um dos principais fatores para o crescimento explosivo da dívida pública, que superou a barreira de R\$ 7 trilhões, em julho deste ano.

A afirmação de Benevides Filho ganha mais relevância porque vai na contramão da mentalidade perdulária da esquerda, mesmo este tendo sido responsável pelas finanças cearenses na gestão do governador petista, Camilo Santana, atual ministro da Educação. Na ocasião, o então secretário se notabilizou por colocar as contas



Para ex-secretário, sem corte de gastos, não há como atingir o equilíbrio fiscal

estaduais em ordem, além de ‘alavancar’ o investimento público pelo estado.

Ao pregar a necessidade de o governo Lula manter o rigor fiscal, Benevides Filho calcula que o gasto do Executivo, somente com o pagamento de juros, deve exceder este ano a

R\$ 900 bilhões, o que impede a estabilização do crescimento da dívida pública, mesmo com superávit primário. Para ele, a gestão fiscal demanda “maior transparência” em relação à despesa financeira, além de uma discussão técnica séria e isenta de ‘bravatas políticas’, quanto

à fixação de um limite para os gastos com juros.

O pedetista critica a ‘ressuscitação’ da ‘contabilidade criativa’ pela atual gestão, sob a alegação de que a ‘gastança’ lulista não se confirma pelos números do Planalto e que a ‘meta fiscal’ deste ano será respeitada.

Trajetória da dívida pública é explosiva

Ao se considerar ‘muito rigoroso’ em relação ao equilíbrio fiscal, Benevides Filho observa que o cerne da trajetória explosiva da dívida reside na ‘miopia’ federal de focar apenas na obtenção do resultado primário, quando o problema maior está associado ao descontrole da despesa financeira.

“No Brasil, sempre houve ‘n’ regras para controlar a despesa primária [que exclui o pagamento de juros da dívida

pública]: a Lei 4.320 [dispositivo que regula os orçamentos e as contas da União, dos Estados e dos municípios], a regra de ouro [que proíbe o governo brasileiro de fazer dívidas para pagar despesas correntes, como aposentadorias, salários do funcionalismo], a Emenda Constitucional 109 [que limitou o gasto com serviços públicos além da inflação por 20 anos], o teto de gastos, o arcabouço fiscal”, explica Benevides.

Ele comenta que nada disso “foi suficiente para permitir a estabilização da dívida em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). Desde 1999, quando foi instituído o tripé macroeconômico, composto pelo resultado primário, pela meta de inflação e pelo câmbio flutuante, nunca houve um superávit primário que cobrisse os gastos com os juros da dívida”.

Ao lembrar que “o modelo brasileiro não permite estabi-

lizar a relação dívida/PIB, por causa da taxa real de juros do País”, Benevides Filho entende não fazer “sentido essa taxa ser tão elevada, em função desse ‘risco Brasil”.

O ex-secretário considera ‘muito estranho’ a exclusão, para efeito de cálculo do resultado primário, dos R\$ 500 milhões direcionados ao combate das queimadas, o que deve pressionar, ainda mais, o aumento da dívida pública.

‘Manobra’ cria ‘rombo’ de R\$ 69 bi

Por Marcello Sigwalt

Em razão da ‘contabilidade criativa’ (eufemismo para os ralos das despesas federais petistas), que auto concede ao Planalto a exclusão de R\$ 40,5 bilhões de gastos fora da meta fiscal, o que pode redundar, ainda este ano, em um ‘rombo’ de R\$ 69 bilhões, por conta de rubricas, como as despesas de combate à calamidade no estado gaúcho e às queimadas, como também, devido ao pagamento de valores retroativos ao Judiciário.

Apesar de repetir o ‘discurso’ esgarçado de que é factível obter um resultado dentro da meta fiscal (percentual em relação ao PIB), ou seja, um déficit de até R\$ 28,8 bilhões, o que implicaria um rombo efetivo de R\$ 68,8 bilhões, no segundo ano do governo do ex-torneiro mecânico. A ‘mágica’ fiscal, porém, não evita o crescimento



Calamidades acabam sendo pretexto para desajuste fiscal

exponencial da dívida bruta nacional, que chegou a 78,5% do PIB em julho deste ano, conforme dados do Banco Central (BC).

Pelo relatório bimestral do Orçamento, foram destinados R\$ 38,6 bilhões em créditos extraordinários ao enfrentamento

da calamidade no Rio Grande do Sul, em decorrência das enchentes de maio de 2024. Outros R\$ 514,5 milhões se destinariam ao combate a incêndios, sobretudo na Amazônia e no Pantanal, enquanto foi autorizado um crédito extraordinário de R\$ 1,35 bilhão, em favor do

Judiciário e do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público). Nessa conta, todavia, entram mais R\$ 1,1 bilhão, direcionados a despesas com pessoal, conforme determinação do TCU (Tribunal de Contas da União) ao Executivo, a título de restituição de diferenças retroativas de limites concedidos a menos no teto de gastos entre 2017 e 2019.

A consultoria jurídica junto ao Ministério do Planejamento recomendou cautela na abertura dos créditos, pois ‘financiar essas despesas por meio da emissão de dívida pode ter impacto considerável sobre indicadores macroeconômicos, como inflação, taxa de juros e a própria dívida pública’.

Na avaliação do secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, “ninguém esperava eventos dessas proporções [enchentes e queimadas]”.

País pode economizar R\$ 1,8 bilhão

Estudo do ONS aponta economia de até R\$ 1,8 bilhão com contratação de energia se houver horário de verão

Economia viria em razão da menor necessidade de acionar termelétricas. Medida passou a ser considerada pelo fato de o Brasil estar vivendo a pior seca da história.

O governo ainda vai avaliar se adotará ou não o horário de verão, extinto em 2019 pelo governo anterior. A medida pas-

sou a ser considerada pelo fato de o Brasil estar vivendo a pior seca da história, que impacta as hidrelétricas, e pela chegada do período do calor, quando mais eletrodomésticos são acionados.

A economia, segundo o ONS, viria do fato de que, com o horário de verão, o governo precisaria acionar menos usinas termelétricas (mais caras) em horários de grande consumo de energia.

No entanto, o ONS ressalta que o horário de verão não vai gerar economia de energia. O que vai acontecer, se ele for aplicado, é que, ao postergar em uma hora o início da noite, usinas eólicas e solares vão ajudar no momento de grande consumo, que é a volta para casa.

Quando anoitece, as gerações eólica e solar caem, porque venta menos e porque não há luz natural. Já as termelétricas têm que ser ligadas no início da

noite, quando as pessoas voltam para casa, acendem as luzes, tomam banho, ligam o ar-condicionado ou o ventilador.

Quando o horário de verão começou a ser implementado em vários países do mundo, inclusive no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a ideia era aproveitar a maior luminosidade do período do verão e empurrar o início da noite para ainda mais tarde (adiantando os relógios em uma hora).